



**MUNICÍPIO DE MIRA**

CÂMARA MUNICIPAL

**ATA N.º 16/2015**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE**

**31/08/2015**

***“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.***



## MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões da Câmara Municipal, reuniu esta, sob a direção do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, estando presentes os Senhores Vereadores Dr. João Maria Ribeiro Reigota, Nelson Teixeira Maltez, Dr. Luís Miguel dos Santos Grego, Dr.<sup>a</sup> Dulce Helena Ramos Cainé, Prof.<sup>a</sup> Maria da Graça Santos Domingues e Dr. Agostinho Neves da Silva. -----

-----Presentes também a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dr.<sup>a</sup> Carmen Santos, e a Chefe da Divisão de Educação, Cultura e Desporto, Dr.<sup>a</sup> Brigitte Capelo. -

### ----- FINANÇAS MUNICIPAIS:-----

----- Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 166 de 28 de agosto de 2015, com um saldo orçamental de 319.400,43€ (trezentos e dezanova mil e quatrocentos euros e quarenta e três cêntimos). -----

### ----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

#### ----- ATA DE 11 DE JUNHO DE 2015 -----

----- Foi posta à aprovação a ata da reunião ordinária realizada a 11 de junho de 2015, tendo sido dispensada a sua leitura, pelo facto do respetivo texto ter sido disponibilizado na plataforma “Arquivo” em 28 de agosto de 2015.-----

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego solicitou correções, nomeadamente na página sete, onde faltaria um “*não*”, e na página vinte e cinco, onde manifestou dúvidas em relação ao seu sentido de voto.-----

----- Assim, na página sete, onde se lia: -----

----- “*Voltando à expressão “assobiado para o lado”, reiterou a rejeição da mesma, aduzindo que tinha dado conhecimento da sua intenção de voto por considerar que era precipitado e que o assunto tinha sido pouco ponderado. Posteriormente apenas tinha mantido a sua posição, de se imiscuir do processo.*”-----

----- devia ler-se:-----

----- “*Voltando à expressão “assobiado para o lado”, reiterou a rejeição da mesma, aduzindo que tinha dado conhecimento da sua intenção de voto por considerar que era precipitado e que o assunto tinha sido pouco ponderado. Posteriormente apenas tinha mantido a sua posição, de não se imiscuir no processo.*”-----



## MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego suscitou ainda dúvidas quanto ao seu sentido de voto na proposta de “*Empreitada de requalificação do centro da Vila de Mira – 1.ª fase – prorrogação do prazo de execução*”, tendo dito que não teria votado favoravelmente, até pelo que se podia ler na sua declaração de voto, nas páginas vinte e cinco e vinte e seis.-----

----- Assim, na página vinte e cinco, onde se lia: -----

----- “*A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos a favor, do Sr. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores Nelson Maltez, Dr.ª Dulce Cainé e Dr. José Carlos Garrucho, e três abstenções dos Senhores Vereadores Dr. João Reigota, Dr. Miguel Grego e Prof.ª Graça Domingues (...)*”;-----

----- devia ler-se:-----

----- “*A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos a favor, do Sr. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores Nelson Maltez, Dr.ª Dulce Cainé e Dr. José Carlos Garrucho, um voto contra, do Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, e duas abstenções dos Senhores Vereadores Dr. João Reigota e Prof.ª Graça Domingues (...)*”.-----

----- A ata foi retirada para posterior deliberação, a fim de que se procedesse às supra referidas correções.-----

----- **Aprovação da ata de 25 de junho de 2015:**-----

----- Foi posta à aprovação a ata da reunião ordinária realizada a 25 de junho de 2015, tendo sido dispensada a sua leitura, pelo facto do respetivo texto ter sido disponibilizado na plataforma “Arquivo” em 28 de agosto de 2015.-----

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego lembrou uma questão na qual tinha perguntado porque é que na consolidação de contas só estava a AIBAP, justificando que a resposta era importante para si por causa da UAC.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Câmara que na UAC o Município não tinha posição maioritária.-----

----- Retomou o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego que acrescentou que tinha depreendido que a justificação fosse por já não estar ativa.-----

----- A referida ata foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor, do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores, Sr. Nelson Maltez, Dr. Miguel Grego e Dr.ª Dulce Cainé, e



## MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

duas abstenções, dos Senhores Vereadores Dr. João Reigota e Prof.<sup>a</sup> Graça Domingues.-----

----- Não participou na aprovação da referida ata o Sr. Vereador Dr. Agostinho Silva, em cumprimento do disposto no n.º 3, do art.º 34.º do Novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo D.L. n.º 4/2015, de 07 de janeiro.-----

----- **Aprovação da ata de 09 de julho de 2015:**-----

----- Foi posta à aprovação a ata da reunião ordinária realizada a 09 de julho de 2015, tendo sido dispensada a sua leitura, pelo facto do respetivo texto ter sido disponibilizado na plataforma “Arquivo” em 28 de agosto de 2015.-----

----- A referida ata foi aprovada por maioria, com três votos a favor, do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores, Sr. Nelson Maltez e Dr.<sup>a</sup> Dulce Cainé, e três abstenções, dos Senhores Vereadores Dr. João Reigota, Dr. Miguel Grego e Prof.<sup>a</sup> Graça Domingues.--

----- Não participou na aprovação da referida ata o Senhor Vereador Dr. Agostinho Silva, em cumprimento do disposto no n.º 3, do art.º 34.º do Novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo D.L. n.º 4/2015, de 07 de janeiro.-----

----- **Aprovação da ata de 30 de julho de 2015:**-----

----- Foi posta à aprovação a ata da reunião ordinária realizada a 30 de julho de 2015, tendo sido dispensada a sua leitura, pelo facto do respetivo texto ter sido disponibilizado na plataforma “Arquivo” em 28 de agosto de 2015.-----

----- A referida ata foi aprovada por maioria, com três votos a favor, do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores, Sr. Nelson Maltez e Dr.<sup>a</sup> Dulce Cainé, e três abstenções, dos Senhores Vereadores Dr. João Reigota, Dr. Miguel Grego e Prof.<sup>a</sup> Graça Domingues.--

----- Não participou na aprovação da referida ata o Senhor Vereador Dr. Agostinho Silva, em cumprimento do disposto no n.º 3, do art.º 34.º do Novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo D.L. n.º 4/2015, de 07 de janeiro.-----

----- Interveio a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Prof.<sup>a</sup> Graça Domingues que disse que se tinha absterido na votação de todas as atas por terem sido carregadas apenas na sexta feira. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- Interveio o Sr. Vítor Madaíl, em representação da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mira, que referiu a necessidade de celebração de um protocolo com vista ao financiamento da referida associação, pelos serviços realizados



## MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

por todo o concelho, como garante da segurança para todos os munícipes. Acrescentou que naquela associação eram processados vinte e seis salários, o que era considerável, e que desde o passado dia dezassete de agosto a central tinha passado a funcionar com cinco elementos, dos quais quatro eram novos funcionários.-----

----- Referiu alguns serviços prestados pela Associação, nomeadamente o trabalho feito pela central, de onde emanava todo o socorro e logística de apoio às populações, tanto em catástrofe como noutras, o apoio de praia, a prevenção das florestas, entre outros.

----- Acrescentou que entre o apoio de praia e os vencimentos dos EIP's tinham, naquele momento, cerca de 40.000,00€ (quarenta mil euros) provenientes da Câmara. -----

----- Face ao exposto, solicitou que fosse celebrado um protocolo entre ambas as instituições e ainda que fossem criados e instalados no quartel os Serviços Municipais de Proteção Civil. -----

----- Em relação ao funcionamento da Proteção Civil, disse que o número de telefone disponível para aquele fim era "*quase particular*", na medida em que a pessoa podia ou não atender, enquanto no quartel havia sempre alguém disponível e de prontidão, com carros de socorro com dispositivos de geolocalização, que tudo tinha custos e não fazia sentido andarem sempre "*de chapéu na mão a pedir*", até porque os Bombeiros não eram um "*grupo de pedintes*".-----

----- Referiu ainda que os Bombeiros dispunham de todas as ferramentas necessárias para prestar socorro à população, toda ela muito cara, e o que se pedia era que os Homens tivessem um emprego mais ou menos seguro, que andassem com gosto, até porque o voluntariado público, em Mira, era cada vez em menor número, na medida em que "*não podiam andar constantemente a perder dinheiro*". -----

----- Em suma, disse que o que se pretendia era que fosse assinado um protocolo, que respondesse às necessidade de e para todos. -----

----- Interveio o Sr. Tibério Gomes que se referiu a umas vivendas que tinha no Poço da Cruz, cujos espaços públicos careciam de limpeza, assim como os privados, pelo que solicitou que fossem notificados os privados para proceder às respetivas limpezas e que a Câmara também limpasse os espaços públicos. -----



## MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. João Reigota que afirmou que gostaria de se manifestar em relação aos Bombeiros. Contudo, entendia que não se devia antecipar ao Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. Agostinho Silva que começou por dizer que o assunto tinha que ser estudado, tinha que se ver qual era a melhor solução e que estava perfeitamente de acordo, que tinha que haver um protocolo e que os Bombeiros eram essenciais para o concelho e para o bem da população. -----

----- Assim, ou nos moldes apresentados pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, ou noutros que pudessem vir a ser apresentados, disse que estava perfeitamente de acordo, que os Bombeiros precisavam de saber com o que podiam contar durante o ano inteiro. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara que se dirigiu aos presentes, em especial aos elementos do público que tinham intervindo. Continuou dizendo que concordava com o que tinha sido dito pelo Sr. Vereador Dr. Agostinho Silva, o que também já tinha transmitido aos Bombeiros, assim como também já tinha manifestado a disponibilidade do Executivo em fazer um protocolo. -----

----- Acrescentou que o procedimento seria inscrever no orçamento para o ano seguinte uma rubrica que previsse aquela situação. A única questão que se colocava era definir o valor a pagar mensalmente. Por um lado, ajustado às necessidades dos Bombeiros, por outro, que fosse comportável para o Município de Mira. -----

----- Nesse contexto afirmou que o Sr. Presidente da direção dos Bombeiros tinha conhecimento dos valores disponibilizados no ano de 2014, quer em despesas correntes, com cerca de 40.000,00€ (quarenta mil euros), quer em despesas de capital, para a aquisição da ambulância e do barco, com mais de 30.000,00€ (trinta mil euros).

----- Disse ainda que o Executivo, à semelhança dos anteriores, sempre tinha dado apoio, embora também compreendesse a posição dos Bombeiros que queriam saber com quanto contavam, de forma certa e constante. -----

----- Contudo, à semelhança do que tinha sido dito, aquele era um assunto que diziam respeito a todos. -----



## MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. João Reigota que começou por dizer que tinha gostado de ouvir a posição do Sr. Presidente da Câmara em relação àquele assunto, de respeitabilidade para com os Bombeiros, e que outra coisa não seria de esperar. -----

----- Nesse âmbito louvou a presença da Direção dos Bombeiros, através do Sr. Presidente e dos Órgãos Sociais, naquela sugestão de querer elaborar e organizar os orçamentos dos próprios Bombeiros, para saberem com aquilo que podiam contar. Da parte da Câmara Municipal, disse, achava que era uma questão de estabelecimento de prioridades, e aquela era naturalmente uma delas, tal como o Sr. Presidente da Câmara tinha acabado de dizer. -----

----- Acrescentou que esperava uma proposta baseada nos pressupostos das sugestões apresentadas pelos Bombeiros, que fosse ao encontro do que era pretendido, que era estarem ao serviço do concelho, cada vez mais, e resolverem muitos problemas a todos os presentes, a começar também pelo Executivo e pela Câmara Municipal. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego que disse que também estava à espera de ouvir a posição do Executivo, a qual tinha ido ao encontro das suas expectativas. Acrescentou que não fazia sentido que quem estava na oposição se manifestasse favoravelmente, antes de ouvida a posição do Executivo e que também já tinha transmitido ao Sr. Presidente da Direção dos Bombeiros que defendia a celebração de protocolos. -----

----- Nesse contexto disse que, ao contrário do Sr. Presidente da Câmara, considerava aquele o momento oportuno para a Direção se manifestar, porque o orçamento ainda estava a ser elaborado, e depois disso já não seria oportuno e a dificuldade era semelhante a todos os protocolos, que era escrever o que se pretendia fazer. Caso contrário o dinheiro podia ser gasto em muita coisa e havia necessidade de clarificar e tornar objetivas as obrigações de ambas as partes. -----

----- Acrescentou ainda que havia uma questão que era essencial, que era a prevenção, que ao não ser feita, implicava muito outros custos, porque as consequências, depois, tinham maiores dimensões. Também aí os Bombeiros podiam apoiar o Município, como “braço armado”, notificando os privados para fazer alguma limpeza, fosse por causa das cheias, fosse por causa de incêndios florestais. -----



## MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Disse ainda que o desafio estava lançado e não seria difícil aquela verba ser inscrita no orçamento e ser aprovada por todos. Contudo o orçamento era global e quando fosse votado seria na sua totalidade. -----

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego lembrou também que, no orçamento, o montante para a Proteção Civil era sempre muito alto, mas em termos de execução era sempre muito baixo, o que queria dizer que, por motivos de tesouraria, era naquelas áreas onde se “cortava”. -----

----- Nesse contexto disse que os Bombeiros pediam apenas quando tinham necessidade e, nessas alturas, nunca os Executivos tinham deixado de responder. No entanto também manifestou a sua compreensão em relação à necessidade de planificação a médio e longo prazo. -----

----- Acrescentou que não se tratava apenas de falta de dinheiro, mas com a questão da emigração havia também dificuldade no recrutamento de voluntários, que muitas vezes não tinham alternativa de vida e que se viam forçados a emigrar. -----

----- Dirigindo-se ao Executivo disse que, naquele assunto, o Sr. Presidente da Câmara certamente tinha “*carta branca*” de todos os presentes para fazer o melhor acordo possível em prol do concelho, em prol das populações de Mira e até fora do concelho, porque felizmente também era um Corpo de Bombeiros bem reconhecido no apoio fora do concelho. -----

----- Lembrou ainda que fazia naquele dia dois anos que o concelho estava a arder e estava a começar a ser apagado, porque infelizmente, fruto de uma má coordenação, também tinha havido muitos incêndios a nível regional e não tinha estado presente o CDOS, logo de imediato, e o COS que tinha estado de serviço tinha sido incompetente, o que também tinha que ser dito, e era um Bombeiro profissional. Portanto, disse, às vezes era preciso que aquele tipo de coisas fosse afirmada de forma perentória. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara que esclareceu que era óbvio que o assunto já tinha sido discutido. Quanto ao *timing* tinha sido também estabelecido em relação ao orçamento do ano seguinte. -----

----- Em relação à questão apresentada pelo Sr. Tibério, disse que já tinham falado com a Junta de Freguesia, que avançaria com a limpeza dos passeios, e garantiu que durante aquela semana o assunto seria resolvido. -----



## MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

### ----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. Agostinho Silva que começou por referir que, pese embora naquele momento estivesse apenas em substituição, gostaria que, no final do verão, fosse feita uma avaliação da época balnear, quer estivesse presente o próprio ou o Sr. Vereador Dr. José Garrucho, o início de outubro parecia-lhe a melhor altura. Isso porque muitas coisas se tinham passado que eram dignas de registo, infelizmente, disse, muitas delas pela negativa, nomeadamente a falta de limpeza dos contentores, a a limpeza da mata, a questão dos monstros, entre outras. -----

----- Nesse contexto sugeriu que houvesse mais limpeza dos contentores do lixo durante a época balnear; que a mata fosse limpa, sobretudo na zona do Mioásis e Miravillas, que era uma zona de risco; e que juntamente com a fatura da água fossem fornecidas informações aos munícipes, tais como: recolhas de lixos e de monstros, como acondicionar o próprio lixo nos contentores, contactos, análise da qualidade da água de abastecimento, entre outros assuntos. Referiu ainda a possibilidade de colocação de um autocolante nos contentores do lixo com a indicação de como acondicionar o lixo.--

----- O Sr. Vereador Dr. Agostinho Silva manifestou ainda a sua preocupação em relação à proliferação de lixo, detritos de obras, eletrodomésticos, sofás, colchões, entre outros, um pouco por todo o concelho, ora junto a contentores do lixo, ora, em casos mais graves, abandonados no meio da mata.-----

----- Perguntou ainda qual era o ponto de situação do regulamento de trânsito, na medida em que tinha participado na elaboração do mesmo e os resultados, na sua perspetiva, não eram positivos, pese embora o processo ainda não estivesse terminado. A esse respeito, disse que havia falta de comunicação entre os técnicos e a comissão criada para o efeito e deu como exemplo a Av. Infante D. Henrique, antes da subida para a Av. Arrais Baptista Cera, onde tinha sido “legalizada” um pintura feita por um particular, como zona de estacionamento de cargas e descargas, repetindo-se três espaços do género só naquela parte da subida. Contudo tais áreas não eram respeitadas por ninguém, nem pela própria GNR, que não fazia a vigilância das mesmas.-----



## MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Quanto à Av. da Barrinha, disse que tinha dado sugestões em relação aos problemas de ocupação da via pública, entre outros, mas nada tinha sido feito, o que não conseguia entender. -----

----- Referiu ainda o “*Turismo*” como um tema tão falado durante as campanhas eleitorais, mas que, na prática, nada era feito; as condições, ou não se modificavam, ou pioravam, o que resultava num quadro mais negativo. -----

----- A respeito da ocupação do espaço público, disse que havia necessidade de mudar certos hábitos instalados, nomeadamente com a efetiva implementação do regulamento que, ao contrário do que tinha sido dito, continuava eficaz. Disse ainda que os fiscais do Município tinham começado por informar os comerciantes das diligências necessárias para avançar com o pagamento da utilização do espaço público, mas que, passado quase todo o verão, nada tinha sido feito. Acrescentou que compreendia que o problema era complexo mas, considerando que, o Executivo estava a tempo inteiro, juntamente com assessores, secretários, chefes de divisão e técnicos, alguma coisa tinha que ser feita e bastava daquela situação. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego que começou por se manifestar particularmente preocupado com a questão da UAC, a qual gostaria de ver resolvida com carácter de extrema urgência, na medida em que lhe estava a causar transtorno. Contudo, considerando a Câmara “*pessoa de bem*”, certamente iria ajudar a solucionar o assunto rapidamente, mas havia ainda uma outra pessoa da direção a quem estava a causar alguns problemas que, futuramente, podiam ser mais difíceis de resolver. Mais disse que quando se tinha resolvido o problema da AIBAP, que considerou bem mais grave, aquele tinha ficado desguarnecido, pese embora tivesse dito que sabia que não era da parte do Sr. Presidente da Câmara. Contudo, como sócios a 50%, em termos de capital e de quotas, estava na altura de resolver o assunto, em relação ao qual pediu particular e especial empenho. -----

----- Acrescentou ainda que a UAC estava extinta, sem TOC havia um ano, sem apresentar contas, e alertou para que se visse bem qual era o seu empenho pessoal no assunto, onde tinha estado em representação da Câmara e não em nome individual. ---

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego reportou-se à sua ausência na anterior reunião de Câmara, pelos motivos que eram do conhecimento de todos, e louvou a “*coragem e a*



## MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

*linha condutora de pensamento*” de quem tinha aprovado o corte de estrada na Lagoa, sobretudo depois de todas as críticas em relação ao corte de estrada que impedia o acesso à Praia de Mira.-----

----- Em relação às obras do centro da vila, disse que no passado dia 11 de agosto tinha estado o empreiteiro a meter os arames, mas a obra tinha terminado no dia 29 de junho. Nesse âmbito perguntou quando é que era apresentada a prorrogação de prazo e se tinha sido outra vez o empreiteiro que se tinha esquecido de entregar o pedido ou se tinha ficado perdido nos serviços. Reiterou a questão: “e se tivesse acontecido alguma coisa?” -----

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego continuou a sua intervenção dando os parabéns pela pista de cross, que naquele momento havia que divulgar e manter. Tinha sido algo que tinha estado nas suas mãos durante dois anos e que não tinha sabido resolver. Acrescentou que eram obras assim, pequenas e que não envolviam muitos custos, que traziam alguma visibilidade. -----

----- A respeito da pista pedonal feita no âmbito da Polis, nomeadamente a da zona da Lagoa, referiu o seu estado de conservação, tendo considerado que estava “*uma desgraça*”, na medida em que estava quase intransitável. Perguntou ainda se a obra tinha terminado, uma vez que a ligação à Quinta da Lagoa não estava feita, o que considerou um erro grave. Nesse contexto perguntou se um corte de verba relativo à Polis, aprovado no início do mandato, tinha conduzido àquela situação. -----

----- No que tocava aos percursos pedonais, lembrou a questão dos prazos, da fiscalização e da manutenção, a qual estava prevista no concurso, e sugeriu que fosse atribuído um percurso a cada associação, para que o mantivessem a troco de uma pequena verba, que era o que estava previsto no plano de candidatura. Alertou para a existência de percursos pedonais que praticamente intransitáveis e sem sinalética, na medida em que alguma tinha sido marcada em árvores ou pedras e precisava de ser remarcada todos os anos. -----

----- Quanto à aplicação relativa ao Município, o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego mencionou a existência de muitos conteúdos em manutenção ou por carregar, a falta de atualização de notícias, assim como a falta de alusão aos bustos do Padre Horácio e do Visconde da Corujeira, desaparecido do Jardim da Vila. Fez ainda referência ao



## MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

“Museu da Memória da Praia de Mira”, que desconhecia, a não ser que fosse o Museu do Centrarte, que tivesse sido reinaugurado. -----

----- Lembrou novamente a questão dos custos associados ao protocolo com os militares e reiterou a necessidade de serem conhecidos, nem que fossem apenas os intermédios, para que pudessem fazer um ponto de situação. -----

----- Quanto aos percursos pedonais e cicláveis, o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego disse que, apesar de não estar tudo mal, o da Lagoa, sobretudo na zona da Polis, era um exemplo do que havia que melhorar, até porque havia muitas pessoas que vinham ao concelho pelos percursos pedonais, e disse ainda que era pena que a aplicação do Município não tivesse informação sobre o assunto. -----

----- No seguimento da sua intervenção perguntou qual tinha sido o preço da aplicação, que disse ser semelhante à de outros Municípios, e a cargo de quem tinha ficado a sua manutenção, sugerindo que houvesse maior interoperabilidade entre o site e a aplicação. Mais disse que havia um problema de duplicação de trabalho com o carregamento de informação, na aplicação e no site, um da “EduBox” e o outro ainda não desconhecido, uma vez que não se sabia quem é que ia ganhar o concurso do site da Câmara. -----

----- Nesse âmbito disse haver um problema de dependência em relação à “AIRC”. Contudo, em relação ao backoffice do site do Município, disse que a Câmara tinha autonomia, portanto carregar notícias, era uma questão de organização interna. A esse respeito, disse que podia ter sido previsto um estágio na área da comunicação para melhorar os conteúdos e manter atualizado asite do Município, que naquele momento deixava muito a desejar. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. João Reigota que disse que não ia fazer qualquer intervenção de fundo, mas apenas pretendia dar alguma complementaridade às duas intervenções anteriores, do Sr. Vereador Dr. Agostinho Silva e do Sr. Vereador Dr. Miguel Grego. -----

----- Referiu o que considerou uma “pseudoavaliação” da Praia de Mira feita pelo Sr. Vereador Dr. Agostinho Silva, que vivia na Praia de Mira e que era conhecedor da realidade e tinha sensibilidade para o assunto, naturalmente que questionava com muita propriedade que turismo é que se queria para o concelho. Acrescentou que era um



## MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

assunto que vinham de longa data, que tinha conhecimento da grande complexidade da Praia de Mira e que não era fácil mudar as próprias mentalidades, mas quando se entrava nas questões da política, em slogans e promessas, depois era difícil, politicamente, gerir algumas coisas.-----

----- Nesse sentido disse que gostava que aquela avaliação fosse feita, porque tinha visto algumas coisas, pela positiva, mas continuava a ver muitas pela negativa. Contudo disse que ia aguardar. -----

----- Em relação à questão levantada pelo Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, a respeito da pista na zona da Lagoa, concordou com a necessidade quer de limpeza, quer da ligação até ao lado da Quinta da Lagoa. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Nelson Maltez que reconheceu a necessidade do prolongamento da pista da Lagoa, a qual disse que estava a ser estudada.-----

----- Quanto às verbas da Polis rejeitou qualquer corte e acrescentou mesmo que tinham sobrado verbas com as quais se tinha avançado para as obras nas portas de água e no muro de suporte no Canal de Mira.-----

----- Em relação à questão da época balnear, apresentada pelo Sr. Vereador Dr. Agostinho Silva, disse que ambos tinham estado nas referidas reuniões, contudo tinha ficado alerta para algumas questões demasiado tarde, mas também no referido grupo de trabalho podiam ter enveredado por outro caminho e não o tinham feito. Quanto ao regulamento, embora desatualizado, o caminho para resolver o problema na Praia de Mira estava definido desde 2012, que era justamente cumprir o dito regulamento, contudo era imperativo que todos os presentes tivessem coragem para o fazer.-----

----- Nesse âmbito disse ainda que o primeiro passo tinha sido dado, que era fazer o levantamento do existente, que desde 2009 não era cobrada ocupação de espaço público, que a maior parte dos estrados estava ilegal e que algumas pessoas achavam que tinham ganho direitos. No ano seguinte, disse, tinham que encarar o assunto de outra maneira, muito mais cedo e com informação atempada. -----

----- Quanto à questão dos monstros, disse que existia um serviço no Município, desde havia muitos anos, que era do conhecimento geral, mas que era muito mais fácil chegar e deixar em cima do contentor. Assim como era do conhecimento geral a forma como se devia acondicionar o lixo nos contentores, que muitas vezes era despejado de



## MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

qualquer forma. Da mesma forma, disse, também era sabido que os resíduos de obras não deviam ser depositados pela mata e os serviços não faziam outra coisa senão retirá-los, mal tinham conhecimento disso, para que não se criassem hábitos em determinados locais. Contudo, disse, era um problema que tinha que ser combatido, eventualmente com campanhas de sensibilização, mas se todos o fizessem não havia campanhas que chegassem.-----

----- Nesse contexto deu o exemplo de uma situação ocorrida na Suíça, onde tinha estado no ano anterior, em que um mirenses tinha acabado de chegar ao referido país e, por ter abandonado dois sacos de lixo na rua, tinha sido multado num valor que ascendia quase a um mês de trabalho lá. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. Agostinho Silva que se mostrou surpreso e que disse que, daquela forma, o problema era adiado de ano para ano, sempre com o mesmo argumento. Acrescentou que no ano anterior tinha alertado para a necessidade de ser feito um diagnóstico da situação, para que depois se pudessem criar algumas soluções.

----- O Sr. Presidente da Câmara disse que o resultado era o levantamento da situação.

----- O Sr. Vereador Dr. Agostinho Silva respondeu que o levantamento já estava feito, que no ano anterior tinha visto o Sr. Vereador Nelson Maltez, juntamente com o Sr. Eng.º Cruz, a tirar fotografias de determinadas situações, com vista ao levantamento do existente. -----

----- Acrescentou que andavam todos os anos a fazer diagnóstico e na prática continuavam a não fazer nada e era isso que o deixava aborrecido. Não só em relação à Praia de Mira, que disse ser onde mais se notava, até por ser época de verão e obviamente havia muito mais pessoas vindas de fora do concelho, que criticavam e diziam mal do que viam, comparando com outras realidades. -----

----- A respeito dos estacionamento disse que a GNR dizia, a quem quisesse ouvir, que o estacionamento na zona da Barrinha e da Av. Arrais Baptista Cera não era nada com eles, que não autuavam ninguém a não ser que fizessem queixa. -----

----- Face ao exposto manifestou indignação, tanto mais que o Sr. Comandante da GNR tinha estado presente na Comissão. Nesse âmbito questionou a comunicação que existia com a GNR e lembrou que, no tempo em que tinha estado no Executivo, todos os anos havia troca de informações entre a GNR, a Junta de Freguesia e os Fiscais



## MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

Municipais. Mais disse que compreendia e esperava uma atitude mais pedagógica, sobretudo em dias de grande afluência de pessoas à Praia, mas que, fora isso, esperava uma atitude mais assertiva e o contrário era muito mau.-----

----- Interveio o Sr. Vereador Nelson Maltez que disse que tinham estado numa Comissão juntamente com o Comandante da GNR de Mira, pelo que se esperava uma atitude diferente por parte daquela força militar que tinha conhecimento da sensibilidade da Câmara e das forças políticas todas, portanto competia-lhes a eles fazer cumprir isso. Aliás, disse, tanto quanto tinha percebido, o Sr. Comandante da GNR não tinha discordado de nada do que tinha sido sugerido. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. Agostinho Silva que recordou algumas intervenções em que o próprio Comandante tinha apoiado as propostas apresentadas. Contudo, face à forma como algumas questões tinham sido tratadas, sugeriu que entre as duas entidades houvesse partilha de informação de uma forma mais específica e formal.-----

----- Terminou a sua intervenção chamando a atenção para o depósito de detritos florestais junto ao acesso para o Lago Real. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Nelson Maltez que, em relação à questão do Lago Real, disse que inicialmente pensava que o espaço que estava a ser utilizado era público e, a ser assim, que resolvia facilmente o assunto. No entanto o terreno era particular, o que permitia ao seu proprietário fazer o que lá estava.-----

----- Ao que o Sr. Vereador Dr. Agostinho Silva perguntou se o podia fazer.-----

----- Respondeu o Sr. Vereador Nelson Maltez que já lá tinha estado com o Serviço da Proteção Civil, já tinham dado ordem para retirar tudo e que depois tinham concluído que tinham que abordar o problema de outra maneira.-----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego que disse que o SEPNA é que tinha competência para intervir, após ser chamado pelos serviços do Município. Nesse contexto recordou que naquele dia fazia dois anos que tinha havido um parecer especial para prolongar mais 72h uns montes de estilha que estavam à beira da estrada para o Palheiro. Contudo, devido ao incêndio, tinha sido dada ordem imediata aos madeiros para que os mesmos serem retirados. -----

----- Acrescentou que não tinha nenhum tipo de dúvida de que não podia ser feito o acondicionamento de resíduos florestais por períodos superiores a 72h, que a lei era



## MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

igual para todos e que não era porque a pessoa em causa era empresário florestal, que o podia fazer. Mais disse que junto ao antigo matadouro tinha acontecido uma situação semelhante, com a diferença de que na altura em que os resíduos estavam a ser descarregados o SEPNA tinha chegado e tinha obrigado a que fossem novamente todos carregados. -----

----- Em suma disse que não era competência da Câmara, que tinha apenas que alertar e notificar a entidade competente para que ela pudesse atuar. Contudo o assunto já tinha sido discutido naquele órgão várias vezes, pelo que já devia ter sido resolvido.----

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, referindo-se à expressão “*não se cobrava desde 2009*”, perguntou se era a Câmara que tinha obrigação de cobrar, se existia um cobrador na rua, do género fiscal da feira que ia lá cobrar, ou se era a pessoa que não vinha pagar. Acrescentou que a frase “*não se cobrava*” podia suscitar dúvidas e perguntou se tinha sido dada ordem nos serviços para que não se recebesse. Se assim era, disse, gostava de saber quem é que tinha dado a ordem; se o “*cobrador*” não tinha ido cobrar também gostava de saber porquê; ou se tinham sido as pessoas que tinham deixado de pagar e a Câmara não tinha exercido a sua função fiscalizadora. -----

----- Acrescentou ainda um outro assunto em relação ao qual disse ter ponderado apresentar na anterior reunião de Câmara, dada a sua pertinência na referida data. Contudo não podia deixar de o apresentar, pese embora tivesse dito que sabia que não ia dar para o discutir naquela reunião, mas que, pelo menos, ficava a sua proposta. ----

----- O assunto era o aniversário do CEMAR, que em meados do mês de agosto tinha completado 20 anos, o que, na sua opinião, merecia o reconhecimento por parte da Câmara. -----

----- Acrescentou que era óbvio que a proposta ia ser mal-vista, pelo que queria desfazer equívocos, desde logo, uma vez que existia um litígio entre a Câmara e o CEMAR. Nesse contexto disse que deixaria um resumo da atividade do CEMAR, o qual se encontra anexo à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

----- Acrescentou que, não se querendo alongar, deixava também outro texto, o qual se encontra anexo à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

----- Face ao exposto, propôs um louvor, à semelhança do que já tinha sido feito para outras entidades, sendo posteriormente, se o Executivo assim o entendesse, mais



## MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

formal. Nesse sentido disse que aquela entidade tinha vindo a colaborar, em diversas ocasiões, com a Câmara Municipal de Mira, ao longo daqueles 20 anos, nomeadamente preparação de estátuas, museus, entre outros. -----

----- Acrescentou que tinha sido reconhecido o mérito do seu fundador, mas nunca da associação em si e considerou que podia ser aquele o momento de reconhecer a relação de colaboração de longos anos com a Câmara Municipal de Mira, ou que as relações ficassem, pelo menos, pacificadas. -----

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego sublinhou o seu voto de louvor, da sua parte informal, mas que podia eventualmente ser mais formal, se assim o Executivo o entendesse. -----

----- Deixou ainda o repto de que a obra "*Maldição da Memória (...)*" fosse reeditada, a qual considerou de suma importância para a região e para Mira e acrescentou que não era por acaso que, depois de Mira ter feito a estátua do Infante D. Pedro, o Hospital de Aveiro tinha passado a chamar-se Hospital Infante D. Pedro. -----

----- Concluiu a sua intervenção perguntando se, quando nas reuniões daquele órgão, eram propostos votos de louvor, depois havia uma comunicação formal para as respetivas associações ou pessoas visadas, ao que lhe foi dito que não. Respondeu que era bom que assim fosse, para que as pessoas que não liam as atas pudessem pelo menos ter acesso ao que naquele órgão tinha sido proferido. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Nelson Maltez que, a propósito da intervenção do Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, disse que a questão da SEPNA tinha sido respondida pelo próprio, na medida em que, por vezes, aquela entidade questionava a Câmara a respeito de entulhos que surgiam, por exemplo, na vala junto à Barrinha, mas outras coisas que devia fiscalizar não o fazia. -----

----- Quanto à questão dos montes de detritos, disse que existia também um junto ao antigo matadouro, outro junto ao Montalvo, e que os madeireiros começavam a ser um grande problema, na medida em que causavam destruição, e que a fiscalização estava alerta para a situação, contudo com apenas um fiscal, considerou complicado. -----

----- Em relação à questão da cobrança da ocupação do espaço público, disse que não sabia qual tinha sido o motivo, contudo garantiu que, nos últimos 6 anos, mais de 90% dos espaços públicos ocupados não tinham sido pagos e acrescentou a Câmara



## MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

também tinha que envidar esforços quer no sentido do levantamento das situações, quer no da respetiva cobrança.-----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. Agostinho Silva que se associou à intervenção do Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, realçando o trabalho desenvolvido pelo Dr. Alfredo Pinheiro Marques e pelo CEMAR, assim como a colaboração com o Município, tendo considerado que era altura de homenagear aquela obra.-----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. João Reigota congratulou-se com o que tinha ouvido relativamente ao CEMAR, considerando que a sua obra e a ligação cultural a Mira eram de facto muito extensas e que ficava muito bem à Câmara Municipal, pese embora os constrangimento daquele momento, repor aquela verdade, assim como aprovar um voto de louvor.-----

----- Interveio a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Prof.<sup>a</sup> Graça Domingues que disse estar de acordo com o que tinha sido dito pelo Sr. Vereador Dr. Miguel Grego e era favorável ao que fosse decidido fazer em favor do CEMAR. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara que começou por reconhecer o excelente trabalho desenvolvido pelo CEMAR, que no início do seu mandato tinha visitado as instalações com vista a conhecer de perto a obra daquela instituição e que as relações na altura eram excelentes. No entanto, por um malentendido, tinham-se extramado posições, pelo que havia uma dificuldade, que se acentuava na medida em que só era possível falar com quem também o queria fazer. -----

----- Acrescentou que havia pessoas que tinham optado por assumir um caminho de conflito e não de diálogo, mas, como era uma pessoa de consensos e de diálogo, não tinha problema nenhum em restabelecer o diálogo e, se fosse o caso, de pedir desculpas, reconhecendo ao CEMAR um excelente trabalho.-----

----- Face ao exposto disse que poderiam votar ou, de forma genérica, deixar um voto de louvor, de acordo com a proposta do Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, porque, apesar das relações pessoais, havia relações institucionais e tinha havido colaboração.-----

----- Acrescentou ainda que esperava que a colaboração com o CEMAR continuasse, que fosse aprofundada e que fossem ultrapassados os problemas, assim houvesse vontade dos intervenientes. -----



## MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal aprovou por unanimidade um voto de louvor pelos 20 anos do CEMAR. -----

----- Mais foi deliberado dar conhecimento, por escrito, do referido voto ao CEMAR. ----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego que reconheceu que aquele era um ato de grande elevação por parte do Executivo e do Sr. Presidente da Câmara, que seria muito mais fácil e cómodo quase nem se pronunciar sobre o assunto.-----

----- Assim, uma vez que tinha sido o promotor da iniciativa, ofereceu-se, caso o entendessem, para mediar um encontro entre ambas as partes, para que as relações se restabelecessem.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara manifestou a sua inteira disponibilidade para que tal viesse a concretizar-se.-----

----- Quanto à limpeza dos contentores, disse que deviam ser limpos com mais frequência e que, na Praia de Mira, deviam ser substituídos pelos “*moloks*”.-----

----- Nesse contexto disse que estava a decorrer um aviso do Portugal 2020 que se enquadrava naquela matéria, pelo que era previsível que na reunião seguinte, de setembro, fosse apresentada uma revisão orçamental para que fosse possível inscrever o assunto. -----

----- A respeito dos monstros disse que a resposta tinha que ser rápida, mas que as pessoas também tinham que ter consciência e quem tivesse interesse, se não tivesse o número para telefonar, também o procurava, ou no site da Câmara ou ligando para o Município. Contudo, não queria com aquilo retirar a responsabilidade à Câmara de dar mais informação, mas que no fundo partia da consciência de cada um. -----

----- Quanto ao regulamento de trânsito disse que havia situações que tinham que ser revistas, contudo não tinha percebido a questão da GNR, na medida em que tinha estado várias vezes com o Sr. Comandante, que não tinha sequer tocado no assunto, assim como tinha estado com pessoas da Praia de Mira que até tinham dito que a GNR multava e que andava “*em cima*”.-----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. Agostinho Silva que esclareceu que se estava a referir aos parquímetros, onde não autuavam. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara respondeu que não sabia qual era a razão, concordando que era preciso estar atento e esclarecer o sucedido. -----



## MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Quanto à questão da UAC garantiu ao Sr. Vereador Dr. Miguel Grego que tinha o seu empenho pessoal no assunto, que compreendia perfeitamente, apesar de não estar ao seu alcance, pelo que convidou o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego a ir a Condeixa conversar com o Sr. Presidente da Câmara, no sentido de resolver o assunto.-----

----- Em relação ao corte da estrada da Lagoa, disse que era óbvio que tinha pareceres positivos, mas havia alguma diferença, na medida em que não se tratava de um corte de estrada permanente de três semanas, mas apenas de duas ou três horas durante a noite. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara, a respeito das obras da Vila, disse que havia algumas questões que estavam por concluir e tinham sido corrigidas a tempo. -----

----- A respeito da pista pedonal disse que tinha tomado nota e que tinha consciência do assunto, que havia necessidade de mudar de estratégia, a qual passaria por trabalhar com associações, à semelhança do que o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego tinha dito, pela proximidade, que muitas vezes tinham mais facilidade em identificar os problemas. Por outro lado, disse, havia também falta de meios e o estabelecimento de protocolos podia resolver a questão. -----

----- Em relação à aplicação do Município, disse que teria que haver mais coordenação, ser colocada mais informação e atualização da mesma, que era complementar ao site e não pretendia substituí-lo. O custo tinha sido de cerca de 4.000,00€ (quatro mil euros) por um período de 3 anos, com a manutenção incluída. -----

----- A respeito do site, disse que tinha sido aberto concurso no âmbito do SAMA, onde estava a causar preocupação uma providência cautelar interposta por uma das empresas concorrentes que entendia que os concursos só poderiam ser para a AIRC, que, por sua vez, não tomava posição. Acrescentou que, tratando-se de uma questão jurídica, teriam que aguardar o resultado da providência cautelar, e que no concurso constava a interoperabilidade com o existente, ou seja, com as aplicações da AIRC.-----

----- Quanto à avaliação da época balnear na Praia de Mira, disse que sim, que podia ser feita com os vários interlocutores.-----

----- No que tocava à questão dos espaço público, o Sr. Presidente da Câmara disse que a primeira abordagem tinha sido generalizada, dirigindo-se a todas as pessoas que, por vezes, diziam que não sabiam que era preciso pagar. Em resultado, disse, muitas





## MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

Sr. Vereador Dr. João Reigota, aprovar a **proposta n.º 207/2015**, do Sr. Presidente da Câmara, de 21 de agosto de 2015, no sentido de ser autorizada à empresa “*Auximir – Produção, Reparação e Manutenção, Lda*”, NIPC 508 101 310, a prorrogação do prazo de conclusão das obras no lote 6 da Zona Industrial Polo II, por três meses, nos termos da cláusula quarta aprovada por deliberação de Câmara de 10 de abril de 2008.-----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego que perguntou a quem era dada a prorrogação do prazo.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara respondeu que era dada à empresa “*Auximir*”.-----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego que perguntou se em anterior reunião não tinha sido deliberado a venda do lote a outra entidade.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a venda ainda não se tinha concretizado e que tinha sido autorizada a realização de escritura. Contudo o pedido da empresa “*Auximir*” era de 17 de julho, altura em que o negócio não estava ainda concluído. Assim, para os devidos efeitos, ainda era aquela a empresa proprietária. ----

### ----- **ATRIBUIÇÃO DOS ESPAÇOS FIXOS DE VENDA AMBULANTE NO CONCELHO DE MIRA – 2015 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO ATO PÚBLICO**-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento da **proposta n.º 208/2015**, do Sr. Presidente da Câmara, de 21 de agosto de 2015, relativa à ata da hasta pública de atribuição de lugares fixos para venda de gelados, farturas, “tripas”, tremoços e frutos secos no concelho de Mira, realizada no dia 15 de junho de 2015, cujo documento se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

### ----- **REPARAÇÃO/COMPENSAÇÃO DE DESPESA RESULTANTE DE OCORRÊNCIA NO TRABALHO**

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 209/2015**, do Sr. Presidente da Câmara, de 26 de agosto de 2015, no sentido de compensar a trabalhadora Lurdes dos Santos Oliveira, no valor de 410,00€ (quatrocentos e dez euros), decorrente da aquisição de óculos imprescindíveis para o seu dia-a-dia, em virtude dos seus se terem estragado num acidente ocorrido durante as horas de serviço.

### ----- **CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DAS EB1’S E JÍ’S DO CONCELHO DE MIRA, DURANTE O ANO LETIVO DE 2015/2016, AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES, PROMOVIDO PELA**



## MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

### COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO BAIXO MONDEGO/ AJUSTE DIRETO – ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 210/2015**, do Sr. Presidente da Câmara, de 26 de agosto de 2015, no sentido da adjudicação do procedimento de confeção e fornecimento de refeições escolares, almoços e lanches, aos alunos dos estabelecimentos de ensino pré-escolar, 1.º e 2.º ciclos do ensino básico do Agrupamento de Escolas de Mira, ao abrigo do artigo 258.º do CCP Acordo Quadro de Refeições Escolares, durante o ano letivo de 2015/2016, ao concorrente “*Gertal – Companhia Geral De Restaurantes e Alimentação, S.A.*”, pelo valor de 151.069,14€ (cento e cinquenta e um mil e sessenta e nove euros e catorze cêntimos), a acrescentar de IVA à taxa legal em vigor, quando legalmente devido. -----

----- Mais foi deliberado aprovar a respetiva minuta do contrato que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

### ----- **DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS** -----

#### ----- **EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DA VILA DE MIRA – 1.ª FASE – REVISÃO DE PREÇOS** -----

----- O assunto foi retirado para posterior deliberação. -----

### ----- **DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO** -----

#### ----- **XVIII MOSTRA GASTRONÓMICA DA REGIÃO DA GÂNDARA – PROGRAMA DO CONCURSO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO** -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 211/2015**, do Sr. Presidente da Câmara, de 26 de agosto de 2015, no sentido da ratificação, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do despacho proferido a 25 de agosto de 2015, que aprovou o “Programa de Concurso da XVIII Mostra Gastronómica da Região da Gândara” para a realização da mesma, nos dias 17 a 20 de setembro de 2015, no Largo da Barrinha da Praia de Mira.

#### ----- **APOIO ECONÓMICO DE EMERGÊNCIA – PROC.º N.º 75/2009 – TOMADA DE CONHECIMENTO**-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento da **proposta n.º 212/2015**, do Sr. Presidente da Câmara, de 26 de agosto de 2015, relativa à atribuição de um apoio de emergência no valor de 120€ (cento e vinte euros), ao abrigo do disposto das



## MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

disposições conjugadas previstas, na alínea b) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 8.º e n.º 2 do artigo 11.º do Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, em articulação com o disposto na alínea v) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

### ----- ATRIBUIÇÃO DE APOIO – GRUPO FOLCLÓRICO DO POÇO DA CRUZ -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com seis votos a favor, do Sr. Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores Nelson Maltez, Dr. Miguel Grego, Dr.ª Dulce Cainé, Prof.ª Graça Domingues e Dr. Agostinho Silva, e uma abstenção, do Sr. Vereador Dr. João Reigota, aprovar a **proposta n.º 213/2015**, do Sr. Presidente da Câmara, de 25 de agosto de 2015, no sentido da atribuição de apoio ao Grupo Folclórico do Poço da Cruz, no valor de 4.970,00€ (quatro mil novecentos e setenta euros), para fazer face a despesas tidas com a concretização de atividades de educação e requalificação do património, nomeadamente limpeza dos espaços verdes, zona urbana e proteção das áreas florestais, junto à envolvente da Praia do Poço da Cruz, ao abrigo do disposto da alínea o), no n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. João Reigota que manifestou algumas dúvidas dado o montante em causa, na medida em que havia mais grupos do género no Concelho, e perguntou qual era a política da Câmara naquela matéria. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara que esclareceu que, tal como constava na proposta, se tratava da concretização de algumas ações na Praia do Poço da Cruz, de limpeza e requalificação ambiental. -----

----- Acrescentou que o texto era semelhante a uma proposta, feita pelo anterior Executivo, para atribuição de verbas ao Clube Náutico, nomeadamente na participação de algumas das referidas atividades. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. João Reigota que disse que havia vários grupos folclóricos no concelho e perguntou qual era a política de atribuição de subsídios. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara respondeu, lendo a proposta, nomeadamente: *“desenvolveu atividades de educação e requalificação do património, nomeadamente limpeza dos espaços verdes, zona urbana e proteção das áreas florestais, junto à envolvente da Praia do Poço da Cruz”*. -----



## MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego que sugeriu que falassem abertamente e que a Câmara, não conseguindo fazer algumas atividades, que nem competiam ao Grupo Folclórico do Poço da Cruz, tinha-lhe pedido que o fizesse. -----

----- Face ao exposto perguntou se a Câmara, para além do que tinha sido estabelecido mediante protocolo com a Associação *Atlanticwave*, ainda assim tinha tido necessidade de mais assumir outras situações, ao que lhe foi respondido que sim. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. Agostinho Silva que disse que era tão simples quanto o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego tinha referido. Caso contrário, disse, todas as outras associações podiam questionar os valores atribuídos. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara respondeu que constava na proposta e que, por uma questão de proximidade, tinha sido escolhida aquela a associação. Acrescentou que o mesmo podia ser ponderado em relação à limpeza da pista pedonal. -----

### ----- **DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL, PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E AMBIENTE** -----

#### ----- **RATIFICAÇÃO DE ATO – ALTERAÇÃO DE CIRCULAÇÃO RODOVIÁRIA – CORTE DE ESTRADA – “FESTAS EM HONRA DA NOSSA SENHORA DO CARMO” – PORTOMAR/ CABEÇO** -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 214/2015**, do Sr. Presidente da Câmara, de 21 de agosto de 2015, no sentido da ratificação, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do despacho proferido a 14 de agosto de 2015, que autorizou a alteração de circulação rodoviária, solicitada pela Fábrica da Igreja Paroquial de Mira, entidade organizadora das “Festas em Honra da N.ª Sr.ª do Carmo”: -----

----- • de 17 a 26 de agosto, em parte do Largo 5 de Outubro (lado sul) para a colocação de equipamentos; -----

----- • dia 23 de agosto, numa faixa de rodagem da EN109, entre o Largo 5 de Outubro, em Portomar, e o cruzamento da EN109 com a Rua dos Lavradores e Rua Corgo da Moita, no Cabeço, entre as 16h00 e as 18h30, para a realização da procissão; -----

----- • entre as 9h00 do dia 23 e as 9h00 do dia 24 de agosto, no Largo 5 de Outubro (lado norte), para a montagem do palco fixo, no âmbito da realização do “Festival de Folclore”; -----



## MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- • dia 24 de agosto, Rua Dr. José Simões Cúcio, Rua José da Léria, Rua da Cavada e Rua do Falhamim, a partir das 16h00, para a realização de um passeio/convívio de bicicletas.-----

### ----- RATIFICAÇÃO DE ATO – LANÇAMENTO DE FOGO DE ARTIFÍCIO – FESTAS EM HONRA DA NOSSA SENHORA DO CARMO – SEIXO – 2015-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 215/2015**, do Sr. Presidente da Câmara, de 21 de agosto de 2015, no sentido da ratificação, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do despacho proferido a 10 de agosto de 2015 relativo à autorização para a utilização de fogo de artifício, no dia 15 de agosto, solicitada pelo Comissão de Festas do Seixo 2015, entidade organizadora das Festas em Honra da Nossa Senhora do Carmo.-----

### ----- RATIFICAÇÃO DE ATO – ALTERAÇÃO DE CIRCULAÇÃO RODOVIÁRIA – CORTE DE ESTRADA – “FESTAS EM HONRA DO SR. DOS AFLITOS” – BARRA DE MIRA -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 216/2015**, do Sr. Presidente da Câmara, de 21 de agosto de 2015, no sentido da ratificação, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do despacho proferido a 19 de agosto de 2015, relativo à autorização da alteração de circulação rodoviária, solicitada pelo Grupo Folclórico do Poço da Cruz, entidade organizadora das Festas em Honra do Sr. dos Aflitos - Barra de Mira:-----

----- • dia 23 de agosto de 2015, na Rua Principal, entre o cruzamento da Praia do Poço da Cruz e o cruzamento junto ao Cais do Areão, entre as 16h20 e as 18h20, para a realização da procissão em honra do Sr. dos Aflitos.-----

### ----- UNIDADE DE GESTÃO URBANÍSTICA -----

### ----- PROPOSTA DE DECISÃO SOBRE A DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIO EM MÁIS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE, PROPRIEDADE DE MARIA OLÍVIA ACESSOR -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 217/2015**, do Sr. Presidente da Câmara, de 12 de agosto de 2015, no sentido de ordenar a execução da demolição [pelos seus interessados] de edifício em más condições de segurança e salubridade, propriedade de Maria Olívia Acessor, sito na Rua Afonso



## MUNICÍPIO DE MIRA

CÂMARA MUNICIPAL

Costa, n.º 34, lugar e freguesia de Mira, bem como a limpeza do respetivo logradouro, no prazo de 30 dias (seguidos). -----

----- **ENCERRAMENTO:** -----

----- E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Câmara, foi declarada encerrada a reunião, sendo 11h30, tendo sido aprovada, por unanimidade, a minuta da respetiva ata, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- E, para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Olívia da Conceição Calisto Petronilho Azenha Eulálio, na qualidade de secretária, redigi.-----

---

(*Presidente:* Raul José Rei Soares de Almeida, *dr.*)

---

(*Secretária:* Olívia da Conceição C.P.A. Eulálio)